

AS FRACTURAS NO OCIDENTE

João Marques de Almeida

Nos últimos três anos, desde os ataques de 11 de Setembro de 2001, tem-se assistido ao desenvolvimento de um terrível paradoxo. Por um lado, ouve-se com frequência que a ameaça terrorista é uma «ameaça aos valores ocidentais», ou que os ataques a Nova York e a Washington (e no dia 11 de Março de 2004 a Madrid) foram um «ataque ao Ocidente», sentimento que o jornal francês *Le Monde* resumiu de um modo excelente com o título, «somos todos americanos»¹. No entanto, apesar da ameaça que o Ocidente supostamente enfrenta, estes três anos testemunharam a emergência de profundas fracturas no mundo ocidental, cujo alcance é ainda desconhecido. De qualquer modo, muitos levantam a questão até há pouco proibida: «será que ainda existe Ocidente?». As fracturas do Ocidente são o tema deste pequeno ensaio.

Haveria dois modos possíveis de tratar esta questão. Segundo um tom mais militante e inquiridor, poder-se-ia procurar descobrir os culpados das fracturas. A sensatez impõe que se deixe as culpas para outros locais. A opção será então a via mais analítica e neutra, que tenta identificar a natureza das fracturas. De um modo breve, e em jeito de introdução, as fracturas existem a dois níveis: por um lado, entre os Estados Unidos e a Europa; por outro, no Ocidente, atravessando as sociedades americana e europeia. É necessária alguma atenção e um certo cuidado para distinguir, analiticamente, estes dois planos, visto que eles se confundem politicamente.

A FRACTURA IDEOLÓGICA

A primeira fractura que nos interessa tem uma natureza ideológica. Tem surgido sob várias versões, sendo a mais vulgar aquela que se refere a uma oposição entre o «modelo liberal norte-americano» e o «modelo social-democrata europeu». Convém sublinhar três pontos a este propósito. Esta fractura é, em primeiro lugar, o resultado de ataques cada vez mais fortes de alguma esquerda europeia ao neoliberalismo norte-americano². Uma análise cuidada destas críticas demonstra a ausência de rigor e mesmo alguma tendência para a demagogia. Se, por um lado, os pecados atribuídos ao modelo neoliberal são claramente excessivos, e estão longe de encontrar uma correspondência

na realidade norte-americana, por outro, há uma considerável distância entre as supostas virtudes do modelo social europeu e a situação económica e social nos países europeus.

Em segundo lugar, e em grande medida como resultado das críticas europeias, está a surgir, desde a crise do Iraque, um ataque ideológico semelhante nos Estados Unidos ao «modelo social europeu». É cada vez mais frequente encontrar intelectuais e políticos norte-americanos a atacarem a cultura de dependência em relação ao Estado que existe na Europa e mesmo uma decadência nos critérios de produtividade e na competência profissional no velho continente³. Esta versão da «velha Europa» não constitui um

modelo de progresso e desenvolvimento, mas uma relíquia de modelos económicos e sociais do pós-guerra que estão, neste momento, completamente ultrapassados. Esta decadência europeia, e são estes os pontos relevantes para os norte-americanos, impedirá não só que a «Europa» se

APESAR DA AMEAÇA QUE O OCIDENTE
SUPOSTAMENTE ENFRENTA, ESTES TRÊS ANOS
TESTEMUNHARAM A EMERGÊNCIA DE PROFUNDAS
FRACTURAS NO MUNDO OCIDENTAL,
CUJO ALCANCE É AINDA DESCONHECIDO.

transforme numa potência mundial como dificultará mesmo a concretização das suas obrigações estratégicas como aliada dos Estados Unidos. Tal como na caricatura europeia do «neoliberalismo norte-americano», também aqui encontramos demasiadas simplificações, senão mesmo alguns erros grosseiros.

Em terceiro lugar, convém referir que esta fractura não deve ser reduzida por inteiro a uma divisão Estados Unidos-Europa. Se é verdade que não se encontram nos Estados Unidos muitas vozes de relevo político a defenderem um modelo social semelhante ao que passa por ser o «modelo social europeu», ou seja, um Estado-providência forte e com uma grande intervenção na vida económica⁴, já na Europa há várias vozes que defendem uma clara liberalização das áreas económica e social, aproximando-se das ideias e dos princípios defendidos nos Estados Unidos. Entre os vários exemplos que se poderiam apontar para demonstrar esta tendência, há dois que me parecem particularmente significativos. Antes de mais, a revolução liberal introduzida por Tony Blair no Partido Trabalhista. As ideias e as políticas do New Labour correspondem muito mais a um modelo social-democrata e liberal do que a um modelo socialista. Nota-se igualmente uma viragem liberal nas propostas de natureza económica e laboral que o actual ministro das Finanças e da Economia de França, Nicolas Sarkozy, tem defendido e implementado⁵.

Muitos leitores podem estranhar o acento nestas questões num texto que trata da política internacional três anos depois do 11 de Setembro. Mas a verdade é que estas fracturas de natureza mais ideológica podem ter implicações muito sérias para a relação transatlântica no domínio da segurança. Como foi notado antes, muitos dos argumentos que dão origem a estas divisões são simplistas, por vezes pouco sérios e nalguns casos caricaturais, mas a verdade é que alteram as percepções existentes sobre a natureza dos

aliados. E este é o ponto decisivo. Ao longo da história política europeia, os discursos nacionalistas assentaram sempre em mitos e em passados imaginados e no entanto não foi por isso que perderam significado político. Neste momento, nos discursos mais radicais, questiona-se a própria natureza democrática de alguns aliados. Há vezes na Europa que afirmam claramente que os Estados Unidos não são governados de um modo transparente e democrático mas por coligações sem legitimidade democrática e com interesses obscuros⁶. Do mesmo modo, embora em menor número, também já aparecem nos Estados Unidos vozes a questionarem a natureza democrática de alguns países europeus⁷. As implicações são de dois tipos. Por um lado, as dúvidas sobre a democracia dos aliados são o pior que pode acontecer à Aliança Atlântica. Desde o pensamento de Immanuel Kant até à literatura mais recente sobre a «paz democrática»⁸, o aspecto crucial que mantém não só a paz, mas igualmente as alianças, entre as democracias é a percepção de que os respectivos regimes e culturas políticas são semelhantes. Quando estas percepções começam a mudar, as alianças ficam ameaçadas. Em segundo lugar, as outras fracturas que emergem hoje no mundo ocidental, e que já estão directamente relacionadas com questões de segurança internacional, derivam em última análise das fracturas ideológicas.

AS CAUSAS DO TERRORISMO

Os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001 causaram uma profunda reavaliação das ameaças à segurança internacional e uma consequente, e não menos profunda, reformulação das estratégias de defesa das potências ocidentais. Inicialmente, formou-se um consenso sobre a natureza dos ataques a Nova York e a Washington e sobre a legitimidade da resposta à agressão terrorista, a qual incluiu uma intervenção militar no Afeganistão por parte dos Estados Unidos. No entanto, este consenso terminou durante o ano de 2002. A aprovação do documento que formula a Estratégia de Segurança Nacional (ESN) dos Estados Unidos, em Setembro de 2002, foi o momento que marcou o fim do consenso estratégico ocidental⁹. Deve notar-se que o fim do consenso não significa que não existam pontos de acordo entre os países ocidentais. Por exemplo, tanto para os Estados Unidos, como para os países europeus, o terrorismo transformou-se na principal ameaça à segurança internacional desde o 11 de Setembro. Todos aceitam, igualmente, que a proliferação de armas de destruição maciça e os estados falhados constituem sérias ameaças à segurança dos estados ocidentais¹⁰. Há, contudo, divergências importantes.

O primeiro sinal de desacordo aparece na discussão sobre as causas do terrorismo. Para a Administração norte-americana, as causas do terrorismo são políticas e ideológicas. Por exemplo, o ESN considera que a ameaça terrorista, em larga medida, resulta da natureza dos regimes políticos tirânicos¹¹. As tiranias, como diz o documento estratégico, caracterizam-se por tratarem de «um modo brutal as suas populações» e por «não respeitarem as liberdades e os direitos humanos fundamentais»¹². A Administração

Bush considera que é a natureza totalitária e autoritária de muitos regimes políticos, nomeadamente no Médio Oriente, que empurra muitos dos seus cidadãos para o terrorismo. Neste argumento, encontramos uma das mais antigas convicções liberais: a natureza dos regimes políticos explica o tipo de violência usado. Para a nova fórmula, tal como no caso das guerras, a tirania política é, em última análise, a causa do terrorismo. Com naturalidade, a solução resulta igualmente de uma analogia com um argumento liberal clássico: do mesmo modo que contribui para a emergência de ordens políticas pacíficas, a democracia constitui a solução para o terrorismo. Ou seja, simplificando a questão, estados democráticos não produzem terroristas. Neste sentido, não é nenhuma surpresa constatar que o ESN propõe «a expansão do círculo da democracia» para combater o terrorismo¹³.

Na Europa, muitos partilham desta visão sobre as causas do terrorismo. Esta posição é notória no Governo britânico e nos restantes governos europeus que estiveram ao lado dos Estados Unidos na guerra contra o Iraque. Há, porém, uma interpretação alternativa, que apareceu sobretudo na Europa, que atribui as causas do terrorismo, acima de tudo, à

HÁ, PORÉM, UMA INTERPRETAÇÃO ALTERNATIVA, QUE APARECEU SOBRETUDO NA EUROPA, QUE ATRIBUI AS CAUSAS DO TERRORISMO, ACIMA DE TUDO, À POBREZA E ÀS DESIGUALDADES ECONÓMICAS E SOCIAIS.

pobreza e às desigualdades económicas e sociais¹⁴. Os estados falhados e o desespero que empurra milhares de pessoas para o terrorismo são motivados pelo atraso económico e pelo subdesenvolvimento de que sofrem muitas das regiões de África e da Ásia. Neste sentido, para combater

eficazmente o terrorismo é necessário criar uma nova ordem internacional que promova uma distribuição global da riqueza mais justa e equilibrada, através do reforço e de uma maior intervenção das organizações internacionais. Ou seja, ao «consenso neoliberal» oferece-se como alternativa o «modelo de democracia social global», que consiga gradualmente acabar com a pobreza¹⁵. Embora muitas vezes de um modo implícito, este argumento surge frequentemente nas opiniões dos europeus sobre a segurança internacional. Por exemplo, num estudo recente sobre as visões de europeus e norte-americanos face a questões internacionais, conduzido pelo German Marshall Fund of the United States e pelo Chicago Council on Foreign Relations, conclui-se, a meu ver de um modo perturbante, que 55 por cento dos europeus inquiridos consideram que as políticas dos Estados Unidos contribuíram de um modo decisivo para os ataques do 11 de Setembro. Uma das responsabilidades atribuídas a Washington é pela pobreza e pela desigualdade económica mundial¹⁶. A verdade é que enquanto o ESN afirma que os Estados Unidos estão envolvidos numa «guerra global contra o terrorismo», muitos europeus consideram que o «combate», e não a «guerra», ao terrorismo faz parte de um esforço mais amplo para acabar com os problemas económicos e sociais globais¹⁷.

Não interessa, aqui, avaliar a justeza destes argumentos em relação às causas do terrorismo. No contexto do argumento deste texto, basta sublinhar dois pontos.

Em primeiro lugar, as divisões são, em última análise, o resultado da fractura ideológica. O que está em causa são duas perspectivas distintas sobre a relação entre os domínios político, económico e social. Para uns, só é possível falar de verdadeiras reformas económicas, se antes ocorrerem reformas políticas. Dito de outro modo, o desenvolvimento económico exige a democratização e a liberalização política. Para outros, o combate à pobreza, e portanto ao terrorismo, não depende da democratização de regimes totalitários e autoritários, mas de alterações nas próprias potências capitalistas, no sentido de adquirirem uma cultura política e social mais socialista e menos liberal. Em segundo lugar, estas diferenças contribuem para acentuar as fracturas dentro do mundo ocidental.

O RECURSO AO USO DA FORÇA MILITAR

Faz todo o sentido que aqueles que consideram que estão em «guerra» contra o terrorismo defendam mais facilmente o recurso ao uso da força militar. Do mesmo modo, é natural que aqueles que vêem no terrorismo um «problema que deve ser combatido» sublinhem a importância dos meios pacíficos em detrimento da força militar. Mais uma vez, não interessa discutir os méritos das diferentes posições, mas tratar da divisão ocidental e das suas implicações. A adopção da doutrina da guerra preventiva, por parte da Administração norte-americana, foi uma das decisões que motivou mais protestos e resistências na Europa. Para Washington, a guerra preventiva constitui uma parte central da resposta à ameaça terrorista. Desde logo, a doutrina da guerra preventiva demonstra uma maior disposição por parte dos Estados Unidos para o uso da força militar¹⁸. A adopção da doutrina da guerra preventiva resulta de se considerar o terrorismo como uma «ameaça iminente»¹⁹. Como mostraram os ataques do 11 de Setembro, os grupos terroristas estão dispostos a tudo para atacar os Estados Unidos. A racionalidade estratégica dos grupos terroristas não corresponde à fórmula clássica de Clausewitz, «a guerra é a continuação da política por outros meios». A ausência de objectivos políticos claros foi um dos pontos mais reveladores dos ataques a Nova York e a Washington. Aparentemente, os propósitos foram mostrar que é possível atacar e causar danos à potência hegemónica e espalhar o terror entre a população norte-americana. Neste contexto pós-clausewitziano, a doutrina da dissuasão deixa de ser eficaz. Para esta funcionar, é necessária uma racionalidade estratégica que os grupos terroristas não partilham e que existia, por exemplo, durante a Guerra Fria. Por isso, o ESN afirma que as estratégias que ganharam a Guerra Fria não funcionam contra a nova ameaça terrorista²⁰. Para garantirem a sua segurança, os Estados Unidos «têm que estar preparados para travarem os estados-pária e os seus clientes terroristas». Assim, quanto maior for a ameaça, mais necessário se torna agir de um modo preventivo²¹. Do tratamento do terrorismo como uma ameaça iminente resulta igualmente que é inteiramente legítimo, se for necessário, recorrer à força militar de uma forma unilateral.

Como se sabe, «guerra preventiva» e «unilateralismo» foram os termos mais atacados nos últimos dois anos na Europa. Mas também neste ponto convém não cair rapidamente na divisão Estados Unidos/Europa. Deve-se antes tratar esta questão como mais uma fractura do Ocidente. Por três razões. Desde logo, porque ao participarem ao lado dos Estados Unidos na guerra do Iraque ou ao apoiarem a coligação internacional

NESTE CONTEXTO PÓS-CLAUSEWITZIANO, A DOCTRINA DA DISSUAÇÃO DEIXA DE SER EFICAZ. PARA ESTA FUNCIONAR, É NECESSÁRIA UMA RACIONALIDADE ESTRATÉGICA QUE OS GRUPOS TERRORISTAS NÃO PARTILHAM E QUE EXISTIA, POR EXEMPLO, DURANTE A GUERRA FRIA.

que se formou, muitos países europeus aceitaram que, nalguns casos, é legítimo recorrer à guerra preventiva, ou pelos menos a intervenções militares preventivas²². Em segundo lugar, porque alguns dos maiores críticos da doutrina da guerra preventiva encontram-se nos Estados Unidos. Embora nos dois partidos se note

um consenso relativamente abrangente em relação à necessidade de por vezes se recorrer ao uso da força militar de um modo preventivo, entre a comunidade académica norte-americana das Relações Internacionais e entre os intelectuais e os meios de comunicação social, apareceram fortes críticas à doutrina da guerra preventiva²³. Por fim, a posição dos estados europeus e da União Europeia (UE) foi sempre muito mais ambígua do que geralmente se julga e sofreu uma evolução considerável desde 2002.

Em finais de 2002, a reacção imediata de muitos governos europeus e de responsáveis políticos da UE foi de oposição à doutrina da guerra preventiva. No entanto, cerca de dois meses depois de os Estados Unidos terem publicado o ESN, a maioria dos governos europeus, em Novembro de 2002, na Cimeira da NATO em Praga, aprovou um documento estratégico que consagrou as intervenções militares preventivas como um recurso legítimo para responder à ameaça terrorista²⁴. Durante o ano de 2003, chegaram por fim as clarificações. A «Estratégia Europeia em Matéria de Segurança» define uma posição relativamente clara em relação ao uso preventivo da força militar na luta contra o terrorismo. Depois de definir o terrorismo como «uma crescente ameaça estratégica para toda a Europa»²⁵, o documento, à semelhança do ESN norte-americano, reconhece que o «conceito tradicional de auto-defesa – até ao final da Guerra Fria», que «baseava-se na ameaça de invasão», já não é suficiente para lidar com as novas ameaças²⁶. Nesse sentido, afirma que «uma intervenção preventiva pode evitar que os problemas venham a assumir proporções mais graves no futuro»²⁷. Conclui-se assim que em relação à necessidade do uso preventivo da força militar para lidar com a ameaça terrorista, a diferença entre os Estados Unidos e os países europeus é bem menor do que se julgaria. Todavia, a UE faz, simultaneamente, um esforço para manter as suas particularidades. Considera de um modo mais afirmativo do que os Estados Unidos que as novas ameaças não podem ser combatidas «com meios exclusivamente militares», requerendo antes «uma conjugação de esforços»²⁸. Além disso, e esta é certamente a principal diferença, rejeita o uso unilateral da força militar, propondo um «multilatera-

lismo efectivo»²⁹. Apesar desta evolução, continua a existir em muitos sectores europeus uma grande desconfiança em relação à doutrina da guerra preventiva e a estratégias unilaterais. E passa-se o mesmo do outro lado do Atlântico, com os sectores mais próximos do Partido Democrata a criticarem a guerra preventiva e a defenderem o multilateralismo³⁰. Ou seja, estamos de volta às fracturas ocidentais e não às divisões Estados Unidos/Europa.

Para concluir, podemos regressar igualmente às fracturas ideológicas. Os desacordos em relação ao uso da força militar, no limite, resultam também de algumas diferenças ideológicas que têm surgido no Ocidente. Há três pontos que merecem ser considerados. Desde a II Guerra Mundial, surgiu e cresceu uma cultura pacifista no mundo ocidental (embora por razões que têm a ver com a história do século XX) que marcou especialmente a política europeia. No entanto, se a ameaça terrorista aumentar, como se prevê, a disposição para recorrer à força militar será maior, e nem a Europa, apesar da sua história recente, escapará a esta tendência. A tensão entre a disposição pacifista e a resignação à necessidade de se fazer a guerra marcará certamente o futuro próximos dos países ocidentais. Ainda como resultado da história do último século, há no Ocidente correntes pós-nacionalistas e pós-soberanistas que elevam o multilateralismo a um princípio quase absoluto da segurança internacional. Outras, certamente mais soberanistas, e possivelmente mais nacionalistas, entendem que o multilateralismo nem sempre é possível e que a obrigação de garantir a segurança nacional, o dever último de todos os governos, por vezes exige acções unilaterais. Para acabar com uma nota que aparece em todos os manuais de Relações Internacionais, compensando assim o início menos convencional, todas estas fracturas ideológicas estão acompanhadas por lutas pelo poder entre as potências ocidentais. E mesmo neste caso, é redutor falar apenas de um conflito estratégico entre os Estados Unidos, quando defendem a unipolaridade, e a «Europa» (seja lá o que isso for) a lutar pela multipolaridade. Também na Europa (e esta sabe-se o que é) há lutas pelo poder, que de resto marcam consideravelmente a evolução da União. Três anos depois dos ataques de 11 de Setembro de 2001, os conflitos que resultam de todas estas fracturas constituem «a vitória inesperada da Al-Qaida». E a derrota do Ocidente. **RJ**

Freud definiu negação como um mecanismo psicológico primitivo de defesa contra o trauma. Nesse sentido, talvez se torne inevitável que, na sequência dos ataques do 11 de Setembro, os cidadãos dos Estados Unidos neguem com mais veemência do que nunca o carácter imperial do seu país. Mas pode ser uma boa terapia determinar a natureza precisa deste Império Americano – porque se trata de um império, em tudo menos no nome.” **RJ**

Niall Ferguson, “An empire in denial”, *Harvard International Review*, Outono de 2003.

- 1** *Le Monde*, 12 de Setembro de 2001.
- 2** A título de exemplo, consulte-se os editoriais e os artigos de opinião de alguma imprensa europeia, como o *El País*, o *Libération*, e mesmo o *Le Monde* e o *The Guardian*. Em Portugal, entre a esquerda, as vezes que mais se salientaram nestas críticas, foram Mário Soares, *Um Mundo Inquietante* (Lisboa: Temas e Debates, 2003), e Diogo Freitas do Amaral, *Do 11 de Setembro à Crise do Iraque* (Lisboa: Bertrand, 2002).
- 3** Estas críticas têm surgido com alguma insistência na revista semanal norte-americana *The Weekly Standard* e em revistas académicas como o *The Public Interest* e o *The Policy Review*.
- 4** Veja-se, por exemplo, a desilusão que as presidências de Bill Clinton causaram e o pouco entusiasmo que John Kerry suscita entre a esquerda socialista europeia. De um modo sintomático, alguma esquerda europeia revê-se muito mais nas políticas de Lula da Silva do que na herança de Clinton.
- 5** Aliás, a disputa entre Jacques Chirac e Sarkozy, além dos aspectos relacionados com as estratégias de poder, que apaixonam a imprensa francesa, tem dado origem a um debate de natureza mais ideológica, de resto muito interessante. Veja-se, a título de exemplo, os editoriais e os artigos de opinião do *Le Figaro* e do *Le Point*.
- 6** Há aqui uma reformulação do discurso marxista, para o qual um Estado capitalista por definição é incompatível com um sistema democrático. O outro lado deste discurso diz que na Europa o capitalismo é um mal menor, uma necessidade pragmática, mas o que garante a democracia dos países europeus são os limites ao capitalismo, e não o funcionamento da economia de mercado. Esta, simplesmente, tolera-se. Há indiscutivelmente entre muitos «velhos europeus» os que gozam dos proventos da economia de mercado, embora se continuem a definir como «anticapitalistas».
- 7** O alvo preferencial é, sem sombra de dúvida, a França. É apresentada como um país com um sistema altamente estatizado, com uma cultura de poder político bonapartista e jacobina, com elementos socialistas, e assente numa sociedade fechada e muito hierarquizada. Para alguns analistas norte-americanos, este ponto é relevante no sentido em que as elites francesas procuram transportar o modelo francês para a União Europeia.
- 8** No caso de Kant, cf., «A Paz Perpétua», em *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos* (Lisboa: Edições 70, 1989). Em relação à literatura contemporânea, cf., Michael W. Doyle, «Kant, Liberal Legacies, and Foreign Affairs», e John M. Owen, «How Liberalism Produces Democratic Peace», em Michael E. Brown, Sean M. Lynn-Jones, and Steven E. Miller (eds.), *Debating the Democratic Peace* (London: The MIT Press, 1996).
- 9** Há quem considere que o fim do consenso ocorreu mais cedo, em Janeiro de 2002, com o famoso discurso de George W. Bush onde o Presidente norte-americano refere o «Eixo do Mal». É evidente que o ano de 2002 iniciou o processo que levou ao fim do consenso. Parece-me, no entanto, que dada a sua importância política e institucional, o Documento que apresenta a reformulação da Estratégia de Segurança Nacional constitui o momento decisivo. Mais do que um discurso, um documento oficial significa o início de um processo sem retorno.
- 10** Uma análise do ESN e do Documento que formula a estratégia de segurança europeia demonstra a importância central atribuída a estas duas ameaças pelos dois documentos.
- 11** A discussão deste ponto apoia-se em João Marques de Almeida e Vasco Rato, *A Encruzilhada: Portugal, a Europa e os Estados Unidos* (Lisboa: Bertrand, 2004), pp. 117-8. O cap. 2 do livro apresenta uma discussão mais aprofundada sobre o ESN.
- 12** President of the United States, «The National Security Strategy of the United States» [Setembro de 2002], p. 14.
- 13** *Ibidem*, pp. 21-3.
- 14** Embora esta leitura exista igualmente nos Estados Unidos, é minoritária, limitando-se aos grupos antiglobalização a sectores neomarxistas mais radicais. Os dois grandes partidos, os republicanos e os democratas, e as principais publicações da comunicação social favorecem a tese das causas políticas do terrorismo.
- 15** Cf., David Held, «Globalisation: The Dangers and the Answers», *Open Democracy*, Maio, 2004.
- 16** Cf., Graig Kennedy e Marshall M. Bouton, «The Real Trans-Atlantic Gap», *Foreign Policy*, Novembro-Dezembro, 2002.
- 17** George W. Bush, «The National Security Strategy of the United States of America» Setembro de 2002, p. 5.
- 18** Este ponto apoia-se em João Marques de Almeida e Vasco Rato, *op. cit.*, pp. 116-117.
- 19** «National Security Strategy», p. 15.
- 20** *Ibidem*, p. 15.
- 21** *Ibidem*, pp. 14-5.
- 22** Não interessa discutir aqui se a Guerra do Iraque foi preventiva ou punitiva. Há argumentos políticos e legais que permitem manter as duas posições, mas levar-nos-ia para muito longe do argumento que se está a desenvolver.
- 23** Entre os académicos, veja-se, *inter alia*, John Ikenberry, «The End of the Neo-Conservative Moment», *Survival* [46, 1, 2004]; e Ivo Daalder and James Lindsey, *America Unbound: The Bush Revolution in American Foreign Policy* (Washington DC: The Brookings Institution, 2003). Na comunicação social, note-se, a título de exemplo, a posição do *New York Times* contra a guerra do Iraque.
- 24** Ver a Declaração Final da Cimeira de Praga da Aliança Atlântica.
- 25** «Uma Europa Segura num Mundo Melhor», p. 3.
- 26** *Ibidem*, p. 7.
- 27** *Ibidem*, p. 11.
- 28** *Ibidem*, p. 7.
- 29** *Ibidem*, pp. 13-4.
- 30** Daí a esperança que muitos europeus depositam numa vitória de John Kerry nas eleições presidenciais de Novembro. O que não quer dizer que, se isso acontecer, a política externa americana se altere grandemente. Mas essa é outra questão.